



Informe de base – SINTUFEJUF

Assembleia Geral de 05/02/2014

Os técnico-administrativos reunidos em assembleia dia 06/02, às 9h no Anfiteatro da Reitoria da UFJF deliberaram sobre as seguintes pautas: Escolha de Delegados para a Plenária Nacional da Fasubra dos dias 08 e 09/02/2014; Informes sobre o Fórum Social Temático (Porto Alegre) e Assuntos gerais. A mesa coordenada pelos Diretores Gerais: **Lucas Simeão e Paulo Dimas de Castro**. A assembleia inicia com os informes locais com **Paulo Dimas** sobre o Passeio dos Aposentados dia 14/02, em Comemoração ao Dia Nacional do Aposentado, momento de lazer e integração que a Entidade proporciona aos colegas que tanto trabalharam para construir a Universidade. A Direção do Sintufejuf apresenta o nome do coordenador Lucas Simeão para representar a Diretoria Executiva na Plenária.

Lucas inicia sua fala sobre as pautas que serão discutidas nesta Plenária: Informes (Direção e Base); Avaliação da Conjuntura; Deliberação do Indicativo de greve para março; XXII CONFASUBRA e Prorrogação de Mandato da Direção; dentre elas, a prorrogação de mandato dos Diretores, por entenderem que com a greve fica difícil organizar um congresso. Em sua explicação sobre a greve para a segunda quinzena de março, Lucas ressalta que os percentuais acordados vêm sendo cumpridos, mas os Grupos de Trabalho não avançaram, trazendo prejuízos para a categoria, principalmente na paridade entre aposentados e ativos. Assim há uma quebra de acordo de greve por parte do governo. No Seminário dos aposentados onde fizemos um trabalho de corpo-a-corpo no Ministério do Trabalho e no Ministério do Planejamento, onde foi protocolado um documento tirado no Seminário, com todas as reivindicações pendentes para que o Governo desse resolução nestes Grupos de Trabalhos. Já aprovamos o indicativo de greve, que os Delegados tragam a data de início da greve para construirmos um movimento forte.

Hitamar faz uma intervenção sobre a prorrogação do Mandato da Fasubra, Lucas responde que isto vai ser discutido na Plenária e que geralmente a prorrogação permanece até o término da greve.

Paulo Dimas vai para o primeiro ponto de pauta que é a Escolha de Delegados, haverá tempo para que as chapas façam sua reflexão para os presentes e da importância desta Plenária para nossa categoria (5 minutos).

Lucas inicia sua fala e diz que não é defesa, mas que os Delegados escolhidos levem e defendam a proposição tirada em assembleia, uma vez que, Enquanto militantes temos os mesmo objetivos, independentes de correntes. Quando vamos para uma greve é porque estamos perdendo direitos, devemos reivindicar o que é de direito para os trabalhadores.

Maria Ângela também defende a participação dos delegados, lembra que a ultima plenária na qual foi aprovado o indicativo de greve, foi calorosa, e que a greve já está sendo construída desde o ano passado, só faltava a data. Foi aprovado que seria na segunda quinzena de março. Irão sair desta assembleia propostas. A prorrogação do Mandato será somente no período de greve, pois não é possível organizar um Congresso junto

com a greve. Tudo que foi para a mesa de negociação não foi aprovado. Já está tendo atividades em Brasília, marchas, caravanas. É preciso mobilizar antes da copa, este período é propício de pressão, vamos deflagrar esta greve forte.

A mesa inicia a votação da primeira pauta, Escolha de Delegados para a Plenária. São inscritas duas chapas, Coletivo “Tribo” e Coletivo “Vamos a Luta e independentes”. A chapa 1 “Coletivo Tribo” obteve 41 votos (64%), enquanto a chapa 2 - Coletivo “Vamos a Luta e Independentes”, 23 votos (36%). Com o resultado fica assim: Coletivo Tribo tem direito a dois delgados (Rosangela Frizzero e Luiz Roberto), o Coletivo Vamos a Luta e Independentes leva um delegado (Antônio Henrique Ceres Dias Júnior).

A Plenária abre espaço para que o Técnico-administrativo **Edson Melo** dê um informe sobre a comissão que acompanha a Situação da EBSERH no Hospital Universitário. Segundo ele, a primeira reunião foi rápida, não tínhamos muitas informações para passar em assembléia. Ontem aconteceu a segunda reunião, com todos os segmentos da UFJF. Agora existe um plano de reestruturação. A comissão decidiu trabalhar encima deste plano. A preocupação de todos é com o caráter assistencial que vai ser preservado. Foi proposto que esta discussão percorra todas as unidades, pois a preocupação é com o ensino, pesquisa e extensão. Foi proposta agendar uma reunião com as pró-reitorias (HU-UFJF), para tratar a situação dos trabalhadores, quanto a ser cedidos ou não, as remoções, o Proquali, enfim, a manutenção de nossos direitos, pois somos todos funcionários da UFJF. Não sabemos o que vai acontecer com entrada desta Empresa, tem muita coisa que não está no papel. Estamos acompanhando o processo, os trabalhadores podem mandar sugestões para o Sintufefuf. Se a empresa por ventura vier, a UFJF tem o dever de nos amparar. Não temos exemplo algum que esta estrutura possa dar certo, nem nos Hospitais que já aderiram a Empresa, inclusive a lei que criou a Empresa está sendo questionada nos tribunais. Flávio pede para dar um informe sobre a EBSERH, o que a gente pode fazer para resistir, entregamos um ofício ao Reitor, em conjunto com os segmentos, para que volte no Conselho Superior a pauta da Empresa. A alegação é que nada mudou após a assinatura do pré-contrato. O momento é propício, pois o Reitor não leu o ofício no Consu. Dizemos que não queríamos este processo, pedimos para discutir de novo a matéria no Consu. Há vários processo sobre a inconstitucionalidade da lei, não acabou, vamos lutar, cobrar dos candidatos.

Moacyr Valle dá um informe sobre o processo dos vigilantes aprovado em Santa Catarina concedendo (NR 16) o adicional de insalubridade de 10%. Em Juiz de Fora entramos com um processo que está com o Engenheiro Paulo Célio, Gerência de Segurança do Trabalho/SIASS-UFJF para análise. Moacyr relata que com o trabalho com os Deputados/Senadores, Fasubra e Sintufefuf pudemos aprovar a lei que dá direito aos vigilantes, mas tem Universidades que estão em dúvida quanto à aplicabilidade da lei.

Rogério Silva começa seu relato sobre o Fórum Temático Social discutiu em Porto Alegre, antes agradecer a Administração Superior pelo apoio/parceria, é o quarto ou quinto ano. O evento começou dia 21 e terminou dia 26/01. O tema foi à crise do capitalismo, democracia, justiça social e ambiental. O espaço é democrático, todos os temas no país são discutidos, várias oficinas. O que me leva a participar é o viés social, pois o Fórum é quem nos deu bagagem para a implantação das Cotas Raciais em nossa Universidade. A cartilha distribuída sobre o novo Sistema Político é de muita importância sobre o plebiscito, que deve ser levada para que a Fasubra encampe esta luta e reproduza a carta e a cartilha.

Maria Ângela diz que no Fórum se encontra todo o movimento social, do mundo inteiro, para fazer discussão das crises mundiais. Teve um depoimento de um companheiro, emocionante, o povo dele e o nosso povo está partilhando uma raiva, mas é uma raiva saudável, contra o preconceito, racismo, esta raiva tem um poder de mudança. Não é raiva de quebrar, mas a raiva de se levantar e lutar por dias melhores. O governo cria leis para criminalizar os movimentos, quando participamos do Fórum voltamos com mais força e com um

combustível renovado. Na Plenária final saiu uma carta sobre o que aconteceu lá, estou passando para o Sintufejuf para divulgação. A violência contra a mulher, principalmente a mulher negra, o machismo é mundial e cultural.

Flavio Sereno da informes sobre o que está acontecendo na Comissão Própria de avaliação da UFJF, quem quiser tirar dúvidas e dar opiniões, estamos abertos. Lucas questiona que ainda não tem encaminhamentos para que os Delegados levem para a Plenária da Fasubra. Rogério coloca sua proposta de fazer um Plebiscito para o novo Sistema Político, reproduzir as cartilhas e a carta programa. A data melhor será o início de setembro.

A proposta da Maria Ângela é sobre a Prorrogação de Mandato da Federação, que ao termino da greve, em no máximo 30 dias, a Fasubra chame uma plenária para que aprove a data do Congresso.

Elaine encaminha que se leve ao Reitor o tema da EBSERH, pois afeta toda a comunidade. Segundo ela, no futuro, o TAE não terá condições de pagar o Plano de Saúde. O assunto é muito sério e não está sendo bem tratado pela Administração Superior. Lucas esclarece que foi uma Comissão ao Reitor e pediu que se colocasse em discussão do CONSU, uma reivindicação da categoria. O Reitor diz que pode levar, mas que a categoria leve uma proposta fundamentada. Lucas diz que a principal fundamentação é que não queremos a privatização do HU. Flávio diz que o pedido foi ao CONSU não ao Reitor, que os Conselheiros do Sintufejuf leiam o ofício na Reunião. O trabalhador João Marcos pede paridade entre TAE e corpo docente, e diz que enquanto houver a disparidade entre os técnico-administrativos e os docentes, continuaremos sem voz e enfraquecidos. Lucas diz que concorda, mas têm questões legais, este trabalho vai ser árduo, há resistência, mas vamos trabalhar encima disto. Lucas diz que temos que fundamentar bem o documento, para podermos convencer os conselheiros a pautar a EBSERH.

Luiz Roberto (vigilante) diz que não há um plano de segurança para as Universidades. Estamos sem planejamento, não temos armamentos, estamos todos sem segurança. Moacyr diz que já tem um Plano de Segurança aprovado, só falta implementar nas Universidades. Lucas informa que numa conversa com a coordenação regional e nacional dos vigilantes foi relatado que cada Universidade tem suas especificidades, e que na última reunião foi tirado um documento de reivindicações dos vigilantes e entregue a Administração Superior. Moacyr diz que o Plano tem que passar no CONSU, antes encaminhado ao Sintufejuf, existe um Plano Nacional e um Local. A proposta do Luiz é que a proposta nacional seja aprovada e que valha para todas as universidades.

A mesa coloca em votação a proposta do Plebiscito por um novo Sistema Político e que reproduza a cartilha e a carta; em relação à prorrogação do mandato da Fasubra, assim que encerrar a greve, em 30 dias chame uma Plenária para realização do Congresso e que seja aprovado um Plano de Segurança para todas as Universidades. Em nível local, que o ofício entregue ao Reitor sobre pautar a EBSERH no Consu, seja lido na próxima reunião do Conselho Superior e o ofício entregue ao Reitor seja lido na reunião; seja feito um estudo fundamentado sobre a paridade dos TAE's e docentes. Após a provação dos encaminhamentos a assembleia é encerrada pela mesa.

Diretoria Executiva do Sintufejuf